

Concurso Público nº 204/DGADR/2019

Nome: Empreitada de Reabilitação da Descarga de Fundo da Barragem da Esteveíinha do Aproveitamento Hidroagrícola de Alfândega da Fé

1. Informações Fundamentais

Preço base: 340.000,00 €

Prazo de execução: 270 dias

Local: A obra realiza-se na freguesia e concelho da Alfândega da Fé distrito de Bragança.

NUTS: PT 11E

Objeto: A empreitada tem como objetivo dar cumprimento ao atual Regulamento de Segurança de Barragens (RSB) através de trabalhos de reconstituição da grade móvel, acondicionamento da comporta de segurança da descarga de fundo e fornecimento e colocação da suspensão da grade móvel e da comporta de segurança da descarga de fundo.

CPV: 45248000-7, construção de estruturas hidromecânicas

Autor do Projeto: Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)

Apresentação de Esclarecimentos/Erros e Omissões: 07/09/2019 até às 19:00 horas

Resposta aos pedidos de Esclarecimentos/Erros e Omissões: 17/09/2019 até às 19:00 horas

Apresentação de Propostas: até às 19:00 horas de 27/09/2019

Abertura de Propostas: 30/09/2018, às 09:00 horas

[Anúncio de procedimento n.º 9129/2019](#) , de 28 de agosto

2. Abertura de Proposta

Lista dos concorrentes

N.º Entrada	Entrega Propostas		Concorrente	Preço Proposta (s/IVA)		Prazo (dias)
	Data	Hora		Base	Variante	
1	2019-09-27	14:47	João Tomé Saraiva, Lda	407.278 €		270
2	2019-09-27	17:07	Medida XXI, Lda			

3. Histórico

Adjudicatário:

Preço Contratual (sem IVA): _____ €

Prazo execução (em dias):

Data Consignação: __ / __ / 201__

Data Receção Provisória: __ / __ / 201__

Data Receção Definitiva: __ / __ / 201__

Financiamento: PDR 2020

4. Extinção do Procedimento

A extinção do procedimento foi motivada pela **não adjudicação** da "Empreitada de Reabilitação da Descarga de Fundo da Barragem da Esteveínha do Aproveitamento Hidroagrícola de Alfândega da Fé", com base na alínea b) do n.º1 do Artigo 79º do Código dos Contratos Públicos, aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 33/2018, de 15 de Maio.